

**Gestão 2024-2026**

Procurador-Geral de Justiça  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Luiz Gustavo Camacho Terçariol**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2243/2024-PGJ, DE 9.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã a partir de 9.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2244/2024-PGJ, DE 9.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 24ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande a partir de 10.5.2024, até ulterior deliberação.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2245/2024-PGJ, DE 9.5.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande a partir de 11.5.2024, durante o afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco; e tornar sem efeito a Portaria nº 1752/2024-PGJ, de 24.4.2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0041/2024/AOP/PGJ SIGILO (ART. 23, VIII, DA LEI 12.527/2011)**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de procedimento, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 6 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0042/2024/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sonora-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil n° 06.2024.00000377-6, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 6 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 2153/2024-PGJ, DE 7.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução n° 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Fabio Castro dos Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, a partir de 2.5.2024, por 30 (trinta) dias.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2199/2024-PGJ, DE 8.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução n° 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Marcos Andraos Mokayad Ferro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Promotoria de Justiça de Iguatemi, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Eldorado, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, em 2 e 3.5.2024, em razão de afastamento da servidora da Cristiane Aparecida Cazeiro, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2200/2024-PGJ, DE 8.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Estefani Almeida de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Bandeirantes, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 6 a 15.5.2024, em razão de afastamento do servidor Willian Natan Vanderlei Passarini, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2201/2024-PGJ, DE 8.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Roberto da Silva, Técnico I, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Gestão de Pessoas de 22 a 24.4.2024, em razão de afastamento do titular, Augusto Aparecido Ribeiro Colato.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-517/2024-PGJ, DE 9.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1579/2023-PGJ, de 27.11.2023, que concedeu férias ao servidor Marcelo Maruyama, de forma que, onde consta: "de 8 a 17.7.2024", passe a constar: "de 22 a 31.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-518/2024-PGJ, DE 9.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1487/2023-PGJ, de 16.11.2023, que concedeu férias ao servidor Leonardo Bertaglia Agostinho, de forma que, onde consta: "de 25.9 a 4.10.2024", passe a constar: "de 9 a 18.9.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 09.2023.00007693-3

Amparo legal: Artigo 74, inciso III, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: COSENGE ENGENHARIA DE INCÊNDIO LTDA.

Valor: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000095, datada de 07.05.2024, do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Objeto: Prestação de serviço técnico-profissional especializado para a elaboração da atualização do Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico (PSCIP) nº 3.290 e para a elaboração do projeto executivo da selagem dos *shaft's* de tubulações, em cumprimento à Norma Técnica nº 09/2013-CBMMS, incluindo memorial descritivo com as especificações relacionadas, bem como o acompanhamento dos trâmites dos projetos junto ao Corpo de Bombeiros até a obtenção das respectivas aprovações, devendo prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários, do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Campo Grande – Unidade Rua da Paz, localizado na Rua da Paz, 134, Centro, Campo Grande/ MS, CEP 79002-190.

Justificativa: Consoante asseverado pelo setor demandante (Secretaria de Obras e Engenharia), considerando se tratar de atualização do PSCIP, e não substituição, resta inviável a contratação de empresa diversa para execução do objeto em questão. Portanto, verifica-se que a contratação almejada será realizada por meio de inexigibilidade de licitação em razão da natureza especializada dos serviços técnicos a serem desenvolvidos.

Ratifica: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 7 de maio de 2024.

**REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 051/PGJ/2024, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 3.121 DE 9 DE MAIO DE 2024, PÁG. 16.**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO Nº 051/PGJ/2024**

Processo nº 09.2024.00001728-1

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **JOCEMAR JOSE FERREIRA BRASIL**, representada por **Jocemar Jose Ferreira Brasil**.

Procedimento licitatório: Dispensa, nos termos do inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Amparo legal: Artigo 124, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Objeto: Alteração da periodicidade prevista na Cláusula Primeira da Carta-Contrato, para que passe a constar que o serviço será executado trimestralmente e da Cláusula Quarta, para que onde consta “valor estimado mensal”, passe a constar “valor estimado trimestral”.

Vigência: 30.04.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 30 de abril de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 10ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 08.2022.00136553-0, em que constam como investigado(a/s) GSA RATIONAL TRADING e AFRICAN LOGISTICS SHIPPING e vítima(s) FRATERNIDADE SEM FRONTEIRAS, conforme se transcreve: "Logo, diante dos fatos, resta concluir pela ausência de tipicidade formal do estelionato considerando que não houve no caso a presença de vantagem ilícita, em prejuízo alheio, mediante meio fraudulento, inexistindo elementos necessários para embasar a acusação. Portanto, impõe-se o arquivamento dos presentes autos de inquérito policial, pois, consoante estabelece o art. 41 do CPP, não há elementos suficientes para dar ensejo à propositura da ação penal."

Campo Grande/MS, 09 de maio de 2024.

SUZI D'ÂNGELO  
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0043/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00056964-3 em que constam como investigado Rafael Gomes Arguelho e vítimas Elisangela Sousa da Silva e Rute Gomes Pinheiro conforme se transcreve: "pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia"

Campo Grande/MS, 09 de maio de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA  
Promotor de Justiça

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****AMAMBAI****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>2</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0000163-55.2023.8.12.0004, em que consta como vítima (s) Cleijomar Vilharva Vasques, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do inquérito Policial, em virtude do desconhecimento da autoria do crime, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 09 maio de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

<sup>1</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

<sup>2</sup> "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."



---

**ANASTÁCIO**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Anastácio, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900408-91.2023.8.12.0052 a vítima Wilson Ferreira da Silva, conforme se transcreve: “Assim, a priori, não há como promover o oferecimento da ação penal, visto que a autoria delitiva não foi suficientemente comprovada neste procedimento investigatório. Ante as razões acima expostas, nos termos art. 28 do Código de Processo Penal e da Resolução n. 43/2023-PGJ/MPMS, o Ministério Público determina o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Anastácio, 06 de maio de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça

---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL Nº 0041/2024/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2024.00000301-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Edson Medeiros de Moraes.

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da exploração de 86 hectares de vegetação nativa, no Assentamento Neri Ramos Volpato, P. A Santa Marina, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 015129/2024, Laudo de Constatação n. 018993/2024.

Bela Vista/MS, 08 de maio de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES  
Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 0042/2024/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil nº 06.2024.00000346-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Ferreira Camargo Participações LTDA

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental do desmate de 24,5462 hectares de vegetação nativa, assim como o desmate de 0,8885 hectares de vegetação nativa, na Fazenda Birigui e Birigui II e III, em Bela Vista/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 013103/2023 e Laudo de Constatação nº 016772/2023.”

Bela Vista/MS, 08 de maio de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES  
Promotora de Justiça em substituição legal

---

<sup>3</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



**EDITAL Nº 0043/2024/PJ/BVT****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>4</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000672-28.2019.8.12.0003 (MP Nº 08.2019.00108708-0), em que constam Vítima Lourenço Silva, conforme se transcreve: “Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o arquivamento dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

Bela Vista/MS, 08 de maio de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça em substituição legal.

---

**CORUMBÁ**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0001365-31.2018.8.12.0008 - Autos SAJ/MP nº. 08.2018.00085339-9, em que constam como investigado(a/s) Carlos Henrique da Silva Pereira e vítima(s) Aloízio de Almeida, aos familiares/representantes legais deste, conforme se transcreve: “*ANTE O EXPOSTO*, fundamentalmente por entender ausentes os indícios suficientes de autoria/participação, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente inquérito policial”.

Corumbá/MS, 09 de maio de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,

Promotor de Justiça.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0001366-16.2018.8.12.0008 - Autos SAJ/MP nº. 08.2018.00085582-0, em que constam como investigado(a/s) Jéferson Silva de Oliveira, Igor Maciel Santana e Douglas Bravo Surubi e vítima(s) Maycon Douglas Contreras Lucas, aos familiares/representantes legais deste, conforme se transcreve: “*ANTE O EXPOSTO*, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente caderno policial”.

Corumbá/MS, 09 de maio de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,

Promotor de Justiça.

---

<sup>4</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



**SETE QUEDAS**

---

**EDITAL N° 0009/2024/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00004876-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lar São Cristóvão de Sete Quedas

Assunto: Acompanhamento de Inspeção Anual em Instituição de Longa Permanência de Sete Quedas/MS, denominada Lar São Cristóvão.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 08 de maio de 2024.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N° 0010/2024/PJ/STQ**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas/MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Procedimento Preparatório abaixo relacionado:

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000440-9.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Vereadores de Paranhos, Câmara de Vereadores do Município de Paranhos - MS

Assunto: Apurar potencial irregularidade do repasse de verbas da Câmara Municipal de Paranhos/MS à União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul – UCVMS.

Com a publicação, faculta-se a qualquer pessoa prestar informações para esclarecimento dos fatos, dando conta de que os autos se encontram à disposição dos interessados nesta Promotoria de Justiça.

Sete Quedas/MS, 09 de maio de 2024.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça